



FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

2024/2025

<b>Curso</b> Mestrado em Educação – Administração Educacional
<b>Designação</b> Políticas e Práticas de Intervenção Prioritária
<b>Docente(s)</b> (Indicar também qual o docente responsável pela U.C.) Maria Benedita de Lemos Portugal e Melo
<b>Descrição geral</b> (ECTS, Carga horária, Apoio tutorial, etc.) 7,5 ECTS. Aulas teórico-práticas (2 horas semanais). Apoio Tutorial: sexta-feira, das 12h às 13h (Gabinete E 203).
<b>Objectivos</b> Esta UC pretende desenvolver uma consciência reflexiva nos mestrandos relativamente às finalidades da educação prioritária, bem como dos seus limites e potencialidades, a partir da compreensão das políticas e práticas que têm sido desenvolvidas em contextos educacionais vulneráveis. Assim, pretende-se que os estudantes: 1. Discutam as tendências das desigualdades sociais em Portugal e os fatores que contribuem para a preservação e mitigação das desigualdades escolares 2. Conheçam as investigações internacionais e nacionais que deram origem às políticas e programas de intervenção prioritária e às medidas de integração de populações vulneráveis 3. Problematizem os princípios político-filosóficos reguladores das políticas educativas de intervenção prioritária 4. Reflitam sobre resultados de programas e investigações de intervenção prioritária 5. Equacionem criticamente as potencialidades e os limites das políticas e práticas de intervenção prioritária
<b>Competências</b> Competências de mobilização conceptual, de gestão, articulação, análise e síntese da informação, de reflexão crítica sobre as políticas e práticas de intervenção prioritária, de trabalho autónomo e de trabalho em grupo.
<b>Conteúdos programáticos</b> (sinopse) 1. Desigualdades sociais e insucesso escolar em Portugal: conceitos e tendências de evolução estatística 2. Investigações internacionais que deram origem às políticas de intervenção prioritária, princípios político-filosóficos reguladores da sua ação e principais medidas de compensação das desigualdades sociais 3. Programas e Práticas de Intervenção Prioritária: discussão crítica de estudos de caso



### Bibliografia geral

- Abrantes, p. (2022). «Têm os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária mitigado as desigualdades educativas e sociais?», *Cidades* [Online], 45.
- Abrantes, P.; Mauritti R. & Roldão, C. (coords.) (2011). *Projecto Efeitos TEIP: Avaliação de impactos escolares e sociais em sete territórios educativos de intervenção prioritária. Síntese de Resultados*. CIES-IUL, Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.
- AINSCOW M., DYSON A., GOLDRICK S. & KERR K. (2008). *Equity in Education: Responding to context*. Manchester: Centre for Equity in Education, University of Manchester.
- Baptista, I. & Abrantes, P. (2015). Poder e liderança nas escolas: um estudo sociológico em contextos desfavorecidos. *Revista Lusófona de Educação*, v. 30 (30).
- Bénabou, R., Kramarz, F.; Prost, C. (2009) The French zones d'éducation prioritaire: Much ado about nothing? *Economics of Education Review*, v.28, p. 345–356.
- Canário, R., Alves, N & Rolo, C. (2001). *Escola e Exclusão Social. Para uma análise crítica da política TEIP*. Lisboa: Educa e IIE.
- Canário, R. (2004). Territórios educativos e políticas de intervenção prioritária: uma análise crítica. *PERSPECTIVA*, vol. 22, n. 01, p. 47-78.
- Coleman, J.S. et al (1966). *Equality of Educational Opportunity*, Washington U.S., Government Printing Office.
- DGE (2019). *Escolas TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária). Resultados dos relatórios elaborados pelas UO em Setembro de 2018*. Lisboa: Ministério da Educação
- Cândido, A. F.C. (2020). *Imigração, Heterogeneidade Migrante e Desempenho Escolar: Uma Análise Extensiva na Área Metropolitana de Lisboa*. Mestrado em Sociologia. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Currás, F. (2014). A compensación educativa en Galicia. Definición, clasificación e evolución da educación compensatoria no sistema educativo galego, *Eduga. Revista Galega do Ensino*, vol. 68, p. 1-5.
- Demeuse, M., Frandji, D., Greger, D. & Rochex, J.-Y. (dir.) (2008). *Les politiques d'éducation prioritaire en Europe. Conceptions, mises en oeuvre, débats*. Lyon: INRP.
- DEMEUSE M., FRANDJI D., GREGER D. et ROCHEX J.-Y. (dir.) (2011). *Les politiques d'éducation prioritaire en Europe. Tome II. Quel devenir pour l'égalité scolaire?* Lyon: ENS Éditions
- Ferraz, Hélder, Neves, Tiago & Nata, Gil (2008). A emergência e a evolução da educação compensatória na teoria e na prática: fragilidades e possibilidades. *Educação, Sociedade & Culturas*, 52, 83-103.
- Hortas, M.J. (2013). Educação e Imigração: a integração dos alunos imigrantes nas escolas do ensino básico do centro histórico de lisboa. Lisboa: Alto-comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.)
- Lopes, J.T. (coord.) (2012). *Escolas Singulares - Estudos locais comparativos*. Porto: Edições Afrontamento.
- Melo BP (2022) Fundamentos teórico-conceptuais e políticos do programa TEIP. In E Costa & M Almeida (eds.) *Autonomia, regulação e autoavaliação da escola*. IE-Ulissboa.
- Melo, B.P. (2016). Transformações internacionais e orientações recentes das políticas de educação compensatória: de que falamos quando falamos, em Portugal, de "Territórios Educativos de Intervenção Prioritária"? *Espaço & Geografia*, Vol.19 (1), 69-103.
- Mendes, M. (2015). Factores-chave para o sucesso e continuidade dos percursos escolares dos ciganos: indivíduos, famílias e políticas públicas. Relatório Anual de Projecto Nacional.
- Plowden, B. et al. (1967). *Children and their Primary Schools: a report of the Central Advisory Council for Education*. (50-68). London: Her Majesty's Stationery Office.
- Rochex, Jean-Yves (2011), As três idades das políticas de educação prioritária: uma convergência europeia?, *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 37 (4), pp. 871-882.
- Reid, I., Brain, K. (2003). Education Action Zones: mission impossible? *International Studies in Sociology of*



Education, vol. 13, nº. 2, (p. 195:214)

Sarmento, Manuel, Cristina Parente, Paulo Matos, e Olívia Silva (2000), "A edificação dos TEIP como sistema de ação educativa concreta", em AA.VV., *Territórios Educativos de Intervenção Prioritária*, Lisboa, IIE/ME, pp. 105-138.

Seabra, T (coord.) (2016). *Caminhos escolares de Jovens africanos (PALOP) que acedem ao ensino superior*. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações

Seabra, T. Mateus, S., Matias, A. R. & Roldão, C. (2018). Imigração e escolaridade: trajectos e condições de integração. In R. Carmo et al (Orgs.) *Desigualdades Sociais. Portugal e a Europa*. Lisboa: Mundos Sociais.

Storey, Valerie A. (2007) Can France give Education Action Zones new life? *Florida Journal of Educational Administration & Policy* Fall 2007 Volume 1, Issue 1

Vieira, M.M. & Resende, J.M (org.). (2013). *Habitar a escola e as suas margens: geografias plurais em confronto*. Portalegre: Edições do IP Portalegre.

ZANTEN, A. V. (1990). *L'école et l'espace local. Les enjeux des zones d'éducation prioritaire*. Lyon: Presse Universitaire de Lyon.

#### **Métodos de ensino**

As sessões terão um carácter teórico-prático e os métodos de ensino serão diversificados. Haverá sessões expositivas sobre as temáticas estruturantes, análise e discussão de textos e trabalhos em grupo. Este tipo de metodologia visa permitir uma complementaridade entre momentos expositivos, de reflexão, de análise, de debate e de problematização. Será utilizada a Plataforma elearning da Universidade de Lisboa para fornecer os materiais de estudo obrigatórios.

#### **Regime Geral de Avaliação** (Modalidades, elementos, calendarização, ponderação, etc.)

A avaliação processa-se de acordo com os princípios gerais de avaliação contínua, em que se considera, além da assiduidade, a regularidade e pertinência das intervenções nas aulas e na realização das tarefas.

É solicitado aos estudantes a realização de 1) Uma reflexão escrita, individual, com consulta, sobre um dos temas trabalhados na UC a entregar no final do semestre, na época de avaliações, em data a definir com a docente;

2) Um trabalho de grupo, que consiste na apresentação e discussão crítica de um texto (previamente acordado com a docente), em sala de aula, referente a um dos tópicos do programa.

Cada componente da avaliação terá a ponderação de 50% na classificação final.

Este tipo de avaliação expressa a importância igualmente atribuída às dinâmicas individuais e coletivas de aquisição e produção de conhecimento.

A aprovação na UC implica que o/a estudante obtenha no mínimo 10 valores, tanto na componente de avaliação individual, como na componente de avaliação em grupo.

#### **Regime Alternativo de Avaliação** (Modalidades, estudantes abrangidos, elementos, calendarização, ponderação, etc.)

O Regime Alternativo de Avaliação é dirigido aos estudantes abrangidos pelo regime especial ou que comprovem à docente a impossibilidade de cumprir a assiduidade mínima de dois terços das aulas.

No Regime Alternativo os estudantes elaboram um exame escrito presencial (100%), com consulta, que decorrerá na época de avaliações.

#### **Regras relativas à melhoria de nota**

Os alunos poderão proceder à melhoria de nota no final do ano letivo seguinte àquele em que obtiveram aprovação na unidade curricular. A melhoria de nota dá-se sob a forma de exame escrito presencial (100%), com consulta, que decorrerá na época de avaliações.